



=1=
ORIGINAL

MUNICÍPIO DE VILA DE REI

----- N.º 06/2016 – CONTRATO ESCRITO PARA “AQUISIÇÃO DE UM SERVIÇO DE TELEFONIA VIRTUAL, SUPORTADO EM TECNOLOGIA DO OPERADOR E VOZ MÓVEL, PELO PERÍODO DE TRÊS ANOS” - (AJUSTE DIRECTO) -----

----- Aos dezoito dias do mês de Março do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Rei, Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Teresa de Lurdes Isabel Conde, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Vila de Rei, na qualidade de seu oficial público, nos termos do n.º 4 do artigo 137.º do Código Administrativo e despacho do Senhor. Presidente da Câmara, datado de 18.10.2013, a fim de reduzir o presente contrato a escrito, os seguintes outorgantes: -----

----- **PRIMEIRO: RICARDO JORGE MARTINS AIRES**, casado, natural de Coimbra e residente em Urbanização Vale Galego freguesia e concelho de Vila de Rei, na qualidade de Presidente da Câmara, em representação do Município de Vila de Rei, pessoa coletiva número 506932273 e em nome da mesmo outorgando com poderes para o ato, nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que revogou a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro. -----

----- **SEGUNDOS: MANUEL ANTÓNIO NETO PORTUGAL RAMALHO EANES**, portador do Cartão de Cidadão, com ID Civil N.º 10072956 8 ZY0 e contribuinte fiscal n.º 193770482, válido até 06.10.2020, na qualidade de Administrador em exercício, com residência profissional na Rua Actor António Silva, 9 Campo Grande -1600-404 Lisboa; E ----

-----: **JOSÉ CARLOS MENDES PINTO**, portador do Cartão de Cidadão, com ID Civil N.º 07931490 2 ZZ6 e contribuinte fiscal n.º 156951924 válido até 19.03.2017, na qualidade de Procurador, com poderes para o efeito, com residência profissional na Av.ª D. João II, Lote 1.06.2.4, 1990-095 Lisboa, que ambos outorgam na qualidade de representantes legais e em

nome de sua representada, a sociedade anónima **NOS – COMUNICAÇÕES, S.A**, com sede na Rua Ator António Silva – Nº 9, Campo Grande, freguesia do Lumiar, concelho e distrito de Lisboa – 1600 404 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o NIPC número 502 604 751, com o capital social de 566.326759,00 Euros, conforme certidão permanente subscrita em 20-11-2013 e válida até 20-11-2018, poderes que foram conferidos pela Procuração datada de 20 de dezembro de 2013, com o respetivo termo de autenticação e da já citada Certidão Permanente, documentos esses de que se arquiva cópias, em anexo ao presente contrato; -----

----- E pelo Primeiro Outorgante, na qualidade de representante e em nome do Município de Vila de Rei, foi dito: -----

----- **a)** Que a Câmara Municipal de Vila de Rei, sua representada, pelo seu despacho de 29/02/2016, apostado na Informação Nº 38-2016, decidiu adjudicar à representada do Segundo Outorgante, **NOS – COMUNICAÇÕES, S.A**, a **“Aquisição de um serviço virtual, suportado em tecnologia do operador e voz móvel, pelo período de 3 anos”**; -----

----- **b)** A aprovação da minuta do contrato ocorreu na mesma data do despacho referido na alínea anterior; -----

----- **c)** O encargo resultante do presente contrato tem cabimento no orçamento em vigor e encontra-se previsto para o ano de dois mil e dezasseis, pela dotação orçamental com a classificação económica “0102/020209”- 0102 - Câmara Municipal; 02 – Aquisição de Bens e Serviços; 0202 – Aquisição de Serviços; 020209 – Comunicações;-----

----- **Cláusula Primeira – Objeto** – O presente contrato tem por objeto, pela representada do Segundo Outorgante a **“Prestação de um serviço virtual, suportado em tecnologia do operador e voz móvel, pelo período de 3 anos”**; -----

----- **Cláusula Segunda – Preço contratual – 1-** Pelo fornecimento objeto do presente contrato, a representada do Primeiro Outorgante obriga-se a pagar à representada do Segundo



=2=
ORIGINAL

MUNICÍPIO DE VILA DE REI

Outorgante o montante de € 28.492,20 (vinte e oito mil quatrocentos noventa e dois euros e vinte cêntimos), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor; -----

----- 2- O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado nos termos da Cláusula 9.ª do Caderno de Encargos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

----- **Cláusula Terceira – Prazo – 1-** O contrato mantém-se em vigor durante 36 meses contados a partir da data da ativação dos serviços no Município de Vila de Rei; -----

----- 2 – No termo do prazo referido no número anterior, os serviços objeto do presente contrato serão desativados mediante comunicação escrita nesse sentido, remetida pela representada do Primeiro Outorgante à representada dos Segundos Outorgantes com 15 dias de antecedência relativamente à data pretendida para o efeito; -----

----- **Cláusula Quarta – Penalidades** – No caso de incumprimento dos prazos fixados no presente contrato e por causa imputável ao Segundo Outorgante, poderá ser aplicada uma penalidade, de acordo com o estabelecido na cláusula 11ª do Caderno de Encargos; -----

----- **Cláusula Quinta – Resolução de litígios – foro competente** – Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro; -----

----- **Cláusula Sexta – Comunicações e Notificações - 1-** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma das representadas pelos outorgantes; -----

----- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte; -----

----- **Cláusula Sétima – Contagem dos prazos** – Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados. -----

----- **Cláusula Oitava** – As cláusulas mencionadas na proposta pelo concorrente também

>são contempladas no presente contrato. -----

----- Fazem parte integrante do presente contrato todos os documentos previstos no nº 2 do artigo 96º do CCP. -----

----- Nos casos omissos no presente contrato ou nos documentos a ele anexos, observar-se-ão os diplomas legais em vigor, designadamente o Código dos Contratos Públicos. -----

----- O presente contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das representadas pelos Outorgantes, o mesmo foi lido, em voz alta e na presença simultânea de ambos, tendo os mesmos ficado cientes do seu conteúdo. -----

----- Pelo Segundo Outorgante foi dito: -----

----- Que aceita e se obriga a cumprir este contrato com todas as cláusulas e obrigações. --

----- Após o adjudicatário ter feito prova através de certidões de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições perante a Segurança Social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. ---

O Primeiro Outorgante



O Segundo Outorgante

